



# Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética

Kelly Cristina Campones  
(Organizadora)

**Kelly Cristina Campones**  
(Organizadora)

# **Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E59	Ensino e aprendizagem como unidade dialética [recurso eletrônico] / Organizadora Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética; v. 1)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-481-8 DOI 10.22533/at.ed.818191507  1. Aprendizagem. 2. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Campones, Kelly Cristina.  CDD 371.102
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book intitulado como: “Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética”, apresenta três volumes de publicação da Atena Editora, resultante do trabalho de pesquisa de diversos autores que, “inquietaos” nos seus mais diversos contextos, consideraram em suas pesquisas as circunstâncias que tornaram viável a objetivação e as especificidades das ações educacionais e suas inúmeras interfaces.

Enquanto unidade dialética vale salientar, a busca pela superação do sistema educacional por meio das pesquisas descritas, as quais em sua maioria concebem a importância que toda atividade material humana é resultante da transformação do mundo material e social. Neste sentido, para melhor compreensão optou-se pela divisão dos volumes de acordo com assunto mais aderentes entre si, apresentando em seu volume I, em seus 42 capítulos, diferentes perspectivas e problematização acerca do currículo, das práticas pedagógicas e a formação de professores em diferentes contextos, corroborando com diversos pesquisadores da área da educação e, sobretudo com políticas públicas que sejam capazes de suscitar discussões pertinentes acerca destas preposições.

Ainda, neste contexto, o segundo volume do e-book reuniu 29 artigos que, constituiu-se pela similaridade da temática pesquisa nos assuntos relacionados à: avaliação, diferentes perspectivas no processo de ensino e aprendizagem e as Tecnologias Educacionais. Pautadas em investigações acadêmicas que, por certo, oportunizará aos leitores um repensar e/ou uma amplitude acerca das problemáticas estudadas.

No terceiro volume, categorizou-se em 25 artigos pautados na: Arte, no relato de experiências e no estágio supervisionado, na perspectiva dialética, com novas problematizações e rupturas paradigmáticas resultante da heterogeneidade do perfil acadêmico e profissional dos autores advindas das temáticas diversas.

Aos autores dos diversos capítulos, cumprimentamos pela dedicação e esforço sem limites. Cada qual no seu contexto e pautados em diferentes prospecções viabilizaram e oportunizaram nesta obra, a possibilidade de ampliar os nossos conhecimentos e os diversos processos pedagógicos (algumas ainda em transição), além de analisar e refletir sobre inúmeras discussões acadêmicas conhecendo diversos relatos de experiências, os quais, pela soma de esforços, devem reverberar no interior das organizações educacionais e no exercício da constante necessidade de pensar o processo de ensino e aprendizagem como unidade dialética.

Cordiais saudações e meus sinceros agradecimentos.

Kelly Cristina Campones

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“HANSEI”: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA JAPONESA E SUAS POSSÍVEIS APLICAÇÕES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	
<i>Ana Luísa da Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8181915071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
A BUSCA POR RECONHECIMENTO COMO MOTIVAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO	
<i>Mauro Sérgio da Silva</i>	
<i>Flávia Dias Coelho da Silva</i>	
<i>Izabella Gonçalves Bocayuva</i>	
<i>Lucas Evangelista Rangel</i>	
<i>Lucas Miranda</i>	
<i>Marcelo Visintini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8181915072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO NEOLIBERAL: CONTRIBUIÇÕES DA DIDÁTICA DE PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA	
<i>Lenilda Rêgo Albuquerque de Faria</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8181915073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
A FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO IF SERTÃO-PE <i>CAMPUS</i> SALGUEIRO	
<i>Gercivania Gomes da Silva</i>	
<i>Carlos Wendel Gomes da Silva</i>	
<i>Sandra Regina da Silva Galvão</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8181915074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
A FORMAÇÃO DOCENTE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL E DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	
<i>Katia Fraitag</i>	
<i>Miguel Julio Zadoreski Junior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8181915075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>43</b>
A FORMAÇÃO DOS PEDAGOGOS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA NO MÉTODO DO IAB NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR	
<i>Kátia Maria Abreu da Silva</i>	
<i>Janaene Leandro de Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8181915076</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>50</b>
A FORMULAÇÃO DE TAREFAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR QUE ENSINA MATEMÁTICA	
<i>Cristina Meyer</i>	
<i>Mariana Maria Rodrigues Aiub</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8181915077</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>61</b>
A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR E A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DOS SABERES DOCENTES	
<i>Francisca de Lourdes dos Santos Leal</i>	
<i>Vilmar Aires dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8181915078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>73</b>
REFLEXOS DA REFORMA EDUCACIONAL DOS ANOS 1990 NA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ESTADO DO ACRE	
<i>Hildo Cezar Freire Montysuma</i>	
<i>Rosalu Ribeiro Barra Feital Nogueira</i>	
<i>Emilly Ganum Areal</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8181915079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM MATEMÁTICA E A HISTÓRIA DA DIDÁTICA NAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA DA BAHIA (1940-1960)	
<i>Januária Araújo Bertani</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
APONTAMENTOS SOBRE A ATIVIDADE DE MONITORIA DA DISCIPLINA DE QUÍMICA GERAL PARA ALUNOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
<i>Luciana Silva Rocha Contim</i>	
<i>Luis Antônio Serrão Contim</i>	
<i>João Pedro Carmo Filgueiras</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>123</b>
APRENDIZADO, MOTIVAÇÃO E DIVERSÃO: JOGOS COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR	
<i>Laís Corrêa Lima</i>	
<i>Agatha Santos de Jesus</i>	
<i>Angélica Ferreira Carreiro</i>	
<i>Ingrid da Silva Rola</i>	
<i>Karolainy Teixeira da Conceição</i>	
<i>Maik da Silva de Souza</i>	
<i>Rafaela Nunes Santos</i>	
<i>Yasmim de Oliveira Paula</i>	
<i>Yhasmim Hellen Viana Scandian</i>	
<i>Marina Sousa Manoel Damasceno</i>	
<i>Karina Mancini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150712</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>135</b>
AS DCN E A FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPI	
<i>Mirtes Gonçalves Honório</i> <i>Teresa Christina Torres Silva Honório</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
AS IMPLICAÇÕES DAS DCN NA ESTRUTURAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA NA UFPI	
<i>Josania Lima Portela Carvalhêdo</i> <i>Maria do Socorro Leal Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>158</b>
CARTOGRAFIAS LITERÁRIAS E PRÁTICAS DE LEITURA NA ESCOLA BÁSICA	
<i>Fabíola de Fátima Igreja</i> <i>Gilma Gimarães Lisboa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>171</b>
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO: PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO COM TEXTOS OPINATIVOS	
<i>Rodrigo Leite da Silva</i> <i>Fabiana Meireles de Oliveira</i> <i>João Paulo Buranelli Mantoan</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>180</b>
EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS E CONCEPÇÕES DE PEDAGOGIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES DO CSHNB/UFPI?	
<i>Luciana Silva Dias</i> <i>José Leonardo Rolim de Lima Severo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>186</b>
ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA FAVORÁVEL À FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Emmanuel Paiva de Andrade</i> <i>Jasmin Lemke</i> <i>Neide Lucia de Oliveira Almeida</i> <i>Maria Augusta de Castro Seixas</i> <i>Elisabeth Flavia Roberta Oliveira da Motta</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150718</b>	



<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>198</b>
FILOSOFIA UBUNTU COMO PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NEGRA E CONSCIÊNCIA AFRO-DIASPÓRICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Isis Natureza Oliveira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>203</b>
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A PESQUISA-AÇÃO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICO-METODOLÓGICA DE INVESTIGAÇÃO	
<i>José Álbio Moreira de Sales</i>	
<i>Tânia Maria de Sousa França</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>215</b>
FORMAÇÃO E A DOCÊNCIA À LUZ DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<i>Elda Silva do Nascimento Melo</i>	
<i>Antonia Maira Emelly Cabral da Silva Vieira</i>	
<i>Camila Rodrigues dos Santos</i>	
<i>Erivania Melo de Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>234</b>
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA: ALGUMAS REFLEXÕES	
<i>Cíntia Fogliatto Kronbauer</i>	
<i>Anemari Roesler Luersen Vieira Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>245</b>
MERLÍ E OS SABERES DA DOCÊNCIA	
<i>Vera Maria Luz Spínola</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>256</b>
MOTIVAÇÃO DE ESCOLARES PORTUGUESES DO TERCEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Fábio Brum</i>	
<i>Ellen Aniszewski</i>	
<i>José Henrique dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>267</b>
NÚCLEOS DE PESQUISA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS DIDÁTICAS E PRÁTICAS DE ENSINO DOS PROFESSORES*	
<i>Jaqueline Ritter</i>	
<i>Andreia Rosa de Avila de Vasconcelos</i>	
<i>Andréa Borges Umpierre</i>	
<i>Francieli Chibiaque</i>	
<i>Otávio Aloisio Maldaner</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150725</b>	

<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>285</b>
O APRENDER-ENSINAR DA LEITURA: TRAVESSIAS POR VIR	
<i>Gilcilene Dias da Costa</i>	
<i>Jessé Pinto Campos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>297</b>
O ENSINO POR INVESTIGAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS: UMA REVISÃO A PARTIR DOS ANAIS DO ENPEC	
<i>Jéssica Cremonini Caprini</i>	
<i>Mariana Donateli Gatti</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150727</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>302</b>
O INÍCIO DA DIDÁTICA NO CURSO DE MATEMÁTICA NA BAHIA (1940-1960)	
<i>Januária Araújo Bertani</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150728</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>313</b>
O SABER DOCENTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PEDAGOGOS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA	
<i>Lílian Pereira Guedes</i>	
<i>Jorge Costa do Nascimento</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150729</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>321</b>
OS ARTÍFICES DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA: O CONHECIMENTO TEÓRICO/PRÁTICO DESENVOLVIDO NO CURSO DE PEDAGOGIA/PARFOR	
<i>Lui Nörnberg</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150730</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>332</b>
OS IMPACTOS DAS NOVAS POLÍTICAS CURRICULARES NA DIDÁTICA E PROFISSIONALIDADE DE PROFESSORAS INICIANTES	
<i>Joelson de Sousa Moraes</i>	
<i>Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150731</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>344</b>
OS SABERES DA EXPERIÊNCIA COMO PRINCÍPIO DA PRÁTICA DOCENTE	
<i>Lourdes Cavalcante Couto de Melo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150732</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>350</b>
PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO INICIAL ÀS SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
<i>Claudia Martins de Souza</i>	
<i>Rosângela Gasparim</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150733</b>	

<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>356</b>
PLANEJAMENTO COLETIVO: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA NA DISCIPLINA DE DIDÁTICA	
<i>Tânia Maria de Sousa França</i>	
<i>Nancy Mireya Sierra Ramirez</i>	
<i>Joilson Silva de Sousa</i>	
<i>Ana Cristina de Souza Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150734</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>367</b>
POLÍTICAS, ENSINO DAS CIÊNCIAS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTEXTOS, DIÁLOGOS E REFLEXÕES	
<i>Simone Souza Silva</i>	
<i>Arminda Rachel Botelho Mourão</i>	
<i>Francisca Keila de Freitas Amoedo</i>	
<i>Mateus de Souza Coelho Filho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150735</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>369</b>
PRÁTICA PEDAGÓGICA: CONCEPÇÃO DE PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA DA COLÔMBIA –CO	
<i>Rosenilda Rocha Bueno</i>	
<i>Adelmo Carvalho da Silva</i>	
<i>Oscar Orlando Hoyos Gaviria</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150736</b>	
<b>CAPÍTULO 37</b> .....	<b>380</b>
PRÁTICA PEDAGÓGICA: EDUCANDO DE FORMA LUDICA POR MEIO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA	
<i>Cristiano de Assis Silva</i>	
<i>Carlos Luis Pereira</i>	
<i>Ângela Maria dos Santos Florentino</i>	
<i>Cristiane de Assis Ribeiro da Silva</i>	
<i>Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva</i>	
<i>Dirlan de Oliveira Machado Bravo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150737</b>	
<b>CAPÍTULO 38</b> .....	<b>389</b>
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS BEM SUCEDIDAS NO ENSINO MÉDIO	
<i>Silvana Soares de Araujo Mesquita</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150738</b>	
<b>CAPÍTULO 39</b> .....	<b>399</b>
PROFESSORES DE DIDÁTICA E SEUS ESTUDANTES: OS ARTÍFICES DA FORMAÇÃO	
<i>Maria Janine Dalpiaz Reschke</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150739</b>	

<b>CAPÍTULO 40</b> .....	<b>410</b>
QUANDO A PRÁTICA SE TORNA COMPONENTE CURRICULAR DOS PPPS DE LETRAS	
<i>Núbio Delanne Ferraz Mafra</i>	
<i>Vladimir Moreira</i>	
<i>Marcelo Cristiano Acri</i>	
<i>Beatriz do Prado Ferreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150740</b>	
<b>CAPÍTULO 41</b> .....	<b>417</b>
SABERES EM INTERAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A UNIVERSIDADE EM CONEXÃO COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO	
<i>Rosilda Arruda Ferreira</i>	
<i>Luiza Olívia Lacerda Ramos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150741</b>	
<b>CAPÍTULO 42</b> .....	<b>427</b>
TESSITURAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO BILINGUE: CAMINHOS PARA A ACESSIBILIDADE DOS SURDOS	
<i>Eliana da Silva Neiva Brito</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81819150742</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>436</b>

## AS IMPLICAÇÕES DAS DCN NA ESTRUTURAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA NA UFPI

**Josania Lima Portela Carvalhêdo**

Universidade Federal do Piauí – UFPI  
Teresina – PI

**Maria do Socorro Leal Lopes**

Universidade Federal do Piauí – UFPI  
Teresina – PI

**RESUMO:** Para a efetivação de uma política nacional de formação dos profissionais da educação básica no Brasil, foi aprovado, em 2015, documento com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015 (BRASIL, 2015). Diante das determinações legais, o estudo desenvolvido no contexto da Universidade Federal do Piauí, neste recorte, partiu da seguinte questão-problema: quais as implicações das DCN na estruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de licenciatura da UFPI? Nosso objetivo foi o de analisar as implicações das DCN na estruturação dos PPC dos cursos de licenciatura da UFPI, pela necessidade de atender ao que define a legislação, dentro do prazo estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Optamos pelos Métodos Mistos, por ser o que melhor responde às necessidades da investigação, combinando elementos de abordagens da pesquisa qualitativa e quantitativa. Os PPC forneceram os dados que alimentaram as discussões e

a análise da realidade pesquisada, em que verificamos que os currículos dos cursos de licenciatura ofertados pela UFPI atendem as DCN quanto ao quantitativo mínimo de semestres para oferta do curso, porém, há, quanto a carga horária total para integralização curricular, 17 cursos, dos 27 investigados, que não atendem a legislação (BRASIL, 2015), devendo se adequar as exigências legais. Em relação a carga horária do Estágio Supervisionado, constatamos que, do total de cursos ofertados, apenas um curso em dois *campi* não atende quanto ao mínimo exigido de 400 horas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de Professores. Diretrizes Curriculares Nacionais. Projeto Pedagógico do Curso.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa que foi desenvolvida no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Formação de Professor e Práticas Educativas - NEFORPE/UFPI, aprovado nas instâncias colegiadas e cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Piauí – UFPI, intitulada “Os cursos de licenciaturas da UFPI: do instituído ao feito”, de onde retiramos o recorte que anunciamos no presente artigo.

Esta pesquisa abriu possibilidades ao produzir novos conhecimentos, objetivando, após a análise e apropriação do conhecimento acerca das licenciaturas na Instituição, um redimensionamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em consonância com as DCN (BRASIL, 2015).

Neste espaço, analisamos as Diretrizes Curriculares Nacionais - Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015 (BRASIL, 2015) e suas determinações para a estruturação dos currículos dos cursos de licenciatura, ou seja, na organização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação para a formação de professores da educação básica, tendo como questão-problema: qual as implicações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) na estruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de licenciatura da UFPI? Nosso objetivo foi o de analisar as implicações das DCN na estruturação dos PPC dos cursos de licenciatura da UFPI.

A pesquisa na sua integralidade, partiu da seguinte questão-problema: qual o impacto das DCN nos PPC dos cursos de licenciatura da UFPI? Portanto, assumiu como objetivo, investigar o impacto das novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial de Professores nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos de formação de professores da UFPI. Neste recorte, assumimos a análise da estruturação dos PPC dos cursos de licenciatura ofertados pela Instituição em 2015.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Resolução Nº 2 – CNE/CP, de 1 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação – CNE (BRASIL, 2015), definem a formação inicial de professores em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e a formação continuada e a prática desenvolvida nos referidos cursos.

O que nos motivou a realização deste estudo foi à necessidade de conhecermos a realidade dos cursos de formação de professores da UFPI, em vista ao atendimento da referida legislação (BRASIL, 2015). Parte dos dados organizados e analisados na pesquisa, serviram de base para o presente artigo, ampliando o conhecimento quanto as implicações das Diretrizes Curriculares Nacionais na estruturação dos currículos dos cursos de formação inicial de professores na Instituição, para a garantia da oferta de um ensino superior público de qualidade.

## **2 | A FORMAÇÃO DO PROFESSOR COMO PARTE DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: REFERENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO**

Para fundamentação do estudo, refletimos acerca das atuais políticas educacionais de formação de professores assumidas pelo governo brasileiro, na última década, e seus reflexos na formação inicial de professores. Para esse fim, além da legislação, ou seja, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos profissionais do Magistério da Educação Básica – DCN (BRASIL, 2015), foi traçado um diálogo com as ideias de autores que tratam da formação de

professores, além de outros documentos legais.

No delineamento das atuais políticas educacionais de diversos países latino-americanos, observa-se a influência de orientações de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (BM). Conforme a ideologia desses organismos, a formação docente tem o papel primordial de contribuir com a elevação dos níveis de *qualidade* da educação nesses países, tornando-os compatíveis com as demandas de competitividade do atual contexto de globalização econômica e do desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação. Nessa concepção, a qualidade é determinada por vários fatores, dentre os quais, o tempo de instrução, os livros didáticos e o conhecimento dos professores, posto que o foco incide sobre os recursos humanos (capital humano), deixam-se de lado requisitos pedagógicos e as condições materiais imprescindíveis ao processo ensino-aprendizagem, como os prédios e os equipamentos escolares.

Segundo Freitas (1999), desde o final da década de 1980, essas orientações vêm sendo implementadas nas políticas de formação de professores do País, consolidando-se ao longo da década de 1990, em decorrência de acordos firmados em eventos internacionais, a exemplo da Conferência Mundial de Educação Para Todos realizada na Tailândia em 1990. Para a autora, as concepções que orientam tais mudanças são questionadas e confrontadas com a produção teórica e com as práticas correntes da área educacional e do movimento dos educadores desde o final dos anos de 1970, em meio ao processo de redemocratização do País. Desde então, colocam-se novas exigências para a melhoria da educação básica, dentre as quais, a formação de professores.

À medida que são implementadas as políticas educacionais, é reconhecida a complexidade da prática pedagógica, sinalizando para a importância de uma formação pautada nas ações concretas do professor em sala de aula. Assim, buscam-se novos enfoques a fim de se compreender a prática docente, os saberes pedagógicos e epistemológicos relativos aos conteúdos ensinados e aprendidos na escola, aspectos até então pouco valorizados.

Neste cenário, constata-se, nos meios acadêmicos, principalmente, o aumento do interesse pelos estudos sobre formação de professores, motivado por fatores de diversas ordens, dentre eles a expansão dos cursos de formação de professores no País, que acompanha, em linhas gerais, a expansão das oportunidades educacionais à população. Segundo Barreto (2015), somente na virada do milênio é que o Brasil logrou universalizar a frequência ao ensino fundamental obrigatório.

Em 2006, sua duração foi ampliada de oito para nove anos, por meio da lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, e em seguida, a emenda constitucional nº 59/2009, em seu art. 1º, altera os incisos I do art. 208 da Constituição Federal, que passam a vigorar com a seguinte alteração: Art. 208. “I – Educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita

para todos”, ou seja, estendeu a obrigatoriedade escolar dos 4 aos 17 anos, incluindo os estudantes desde a educação infantil até a idade correspondente ao término do ensino médio.

Diante dessas orientações que passaram a ser implementadas, em termos de política educacional, a educação brasileira, na última década enfrenta um expressivo desafio no que tange à formação de professores. Campo fundamental de constituição de quadros profissionais que se relacionam diretamente com as questões da cidadania, vem sendo tensionado por contradições significativas que afloram do contexto econômico-social.

Falar da formação de professores nos remete a reflexões sobre a legislação educacional brasileira, a qual é explicitada na realidade dos Cursos de Formação de Professores. Isto porque, as políticas educacionais que norteiam este processo respaldam as diretrizes que são tomadas como marcos referenciais a serem observados e de certa forma inseridos na estruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de formação de professores.

Diante do exposto, recorreremos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/1996, no que se refere à formação dos profissionais de educação, assegurado nos artigos 61, com os respectivos incisos, e 62:

Art. 61 – A formação dos profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase de desenvolvimento do educando terá como fundamentos:

i- a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço;  
ii- aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017).

Como observado, o campo de formação de professores encontra bases nos dispositivos acima, o que o torna amplo e desafiador, haja visto que após quase 22 (vinte e dois) anos de aprovada a Lei nº 9.394/1996, continua admitindo como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a formação oferecida em nível médio, na modalidade normal.

O atual contexto educacional brasileiro, no que se refere à formação de professores, proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e pela Resolução nº 02/2015 – CNE, estabelece competências necessárias ao exercício profissional da docência, no Artigo 5º, à medida que contempla a interação e a interpenetração entre o foco disciplinar e interdisciplinar do conhecimento, e a relação teoria e prática “[...] dando significado e relevância aos conhecimentos e vivências da realidade social e cultural, consoantes às exigências da



educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2015).

Neste sentido, a Meta 15 estabelecida pelo Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014), referente à formação de professores visa:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A meta estabelecida é desafiadora, no sentido de criação de políticas que atendam à demanda estabelecida pela lei e pela sociedade, direcionadas à ação de formar o educador do novo século pautado na concepção progressista da educação, haja vista, a necessidade de formação de um perfil profissional que supere a perspectiva predominante de uma prática repetitiva, sem questionamento da prática, para um projeto e/ou o planejamento emergente/inovador, que lhe apresenta a instituição.

### **3 | OBJETO DE ESTUDO: OS PPC DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPI**

Quando nos reportamos a formação de professores da educação básica na Instituição, estamos nos referindo aos cursos de licenciatura ofertados pela UFPI. Para tanto, nos valem das reflexões oportunizadas pela pesquisa, a partir da análise dos dados estatísticos, além dos dados dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC.

Neste contexto, após produção dos dados, em conformidade com os relatórios retirados do Sistema de Gestão Administração Acadêmica - SIGAA colhidos na Coordenadoria de Estatística e Documentação (CEDE), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, e nos PPC dos cursos, na Coordenadoria de Currículo da Instituição, e sua organização, a análise oportunizou reflexões a respeito da estruturação e da operacionalização dos PPC dos cursos de licenciatura da UFPI. O artigo faz um recorte dos dados coletados na pesquisa, apresentando quadros que representam a realidade em números das informações colhidas nos PPC quanto a estruturação dos cursos, em relação ao quantitativo de semestres letivos para integralização curricular, a carga horária total e a carga horária do Estágio Supervisionado (ES) das licenciaturas, que são analisados qualitativamente.

No período de desenvolvimento da pesquisa, a Instituição ofertava 27 cursos de graduação para formação inicial de professores da educação básica, 17 (dezessete) cursos do Campus Ministro Petrônio Portella – CMPP (01 - Centro de Ciências da Saúde (CCS), 05 – Centro de Ciências da Natureza (CCN), 08 – Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e 03 – Centro de Ciências da Educação (CCE), 03 (três) cursos do Campus Ministro Reis Veloso - CMRV, 05 (cinco) cursos do Campus

Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB, 02 (dois) cursos do Campus Amílcar Ferreira Sobral – CAFS e apenas 01(um) curso do Campus Professora Cinobelina Elvas - CPCE.

Os cursos de licenciatura devem ser estruturados, de acordo com as DCN (BRASIL, 2015), no mínimo, de 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos. A totalidade da carga horária deve compreender 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, conforme previsto no projeto de curso da instituição; pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos I (Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais) e II (Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos e a pesquisa priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino), conforme definido no projeto de curso da instituição; 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, como definido no núcleo III (Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular), por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, sempre considerando o perfil do egresso estabelecido no projeto de curso da instituição.

#### **4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia configura-se nas ações desenvolvidas para apreender as relações constitutivas da problemática investigada, no caso de parte do estudo apresentado neste recorte, as implicações das DCN (BRASIL, 2015) na estruturação dos cursos de Licenciaturas da UFPI, definindo os caminhos para a coleta dos dados, análise e produção do conhecimento, que servem de fundamento para o atendimento a legislação.

Nesse sentido, recorreremos à pesquisa de Métodos Mistos, por ser aquela que melhor responde às necessidades desta investigação, tendo em vista que a mesma combina elementos de abordagens da pesquisa qualitativa e quantitativa, assim como múltiplas maneiras de ver o mundo. Johnson e colaboradores (2007, p.123) corroboram a ideia quando definem:

A pesquisa de métodos mistos é o tipo de pesquisa em que um pesquisador ou um grupo de pesquisadores combina elementos de abordagens qualitativa e quantitativa (p. ex., o uso de pontos de vista qualitativos e quantitativos, coleta de dados, análise e técnicas de inferência) para ampliar o entendimento e a

corroboração.

Nesse sentido, a combinação de dados qualitativos e quantitativos visou ampliar o conhecimento acerca dos cursos de licenciatura da Instituição, propiciando as condições para uma intervenção em atendimento as exigências legais na estruturação dos cursos de formação de professores. Para tanto, procedeu-se criterioso levantamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC que alimentaram as discussões e a análise da realidade pesquisada, a partir da interpretação dos dados quantitativos.

Por sua abrangência, o modelo metodológico adotado, constitui-se em um subsídio valioso à condução de uma avaliação dos cursos de licenciaturas, para orientar a política institucional, conforme a Resolução N° 220/2016 – CEPEX/UFPI, de 28.09.2016, que define as Diretrizes para a formação em Nível superior de profissionais do magistério na Universidade Federal do Piauí, com foco na melhoria do ensino nos referidos cursos da UFPI.

## **5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS**

A Política Nacional de Formação de Professores tem como âncora as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que define as normas para a formação profissional do magistério. Cada Projeto Pedagógico de Curso da Instituição, na perspectiva de garantir a qualidade da formação docente, deve estruturar o curso de licenciatura em um mínimo de 08 (oito) semestres letivos. Ao analisar os dados coletados, verificamos que, os cursos da UFPI atendem ao que estabelece a legislação, conforme podemos observar no quadro a seguir.

CAMPUS	CENTRO	CURSO	TURNO	DURAÇÃO SEMESTRES
CAMPUS MINISTRO PETRONIO PORTELLA – CMPP	CCS	EDUCAÇÃO FÍSICA	INTEGRAL	8
	CCN	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	INTEGRAL	8
	CCN	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOTURNO	10
	CCN	CIENCIAS DA NATUREZA	NOTURNO	10
	CCN	FÍSICA	INTEGRAL	9
	CCN	FÍSICA	NOTURNO	10
	CCN	MATEMÁTICA	INTEGRAL	8
	CCN	MATEMÁTICA	NOTURNO	8
	CCN	QUÍMICA	INTEGRAL	9
	CCN	QUÍMICA	NOTURNO	10
	CCHL	FILOSOFIA	INTEGRAL	8
	CCHL	GEOGRAFIA	INTEGRAL	10
	CCHL	GEOGRAFIA	NOTURNO	10
	CCHL	HISTÓRIA	INTEGRAL	9
	CCHL	HISTÓRIA	NOTURNO	9
	CCHL	LETRAS –INGLÊS	INTEGRAL	8
	CCHL	LETRAS -PORTUGUÊS E FRANCÊS	INTEGRAL	10
	CCHL	LETRAS –LÍNGUA PORTUGUESA	INTEGRAL	8
	CCHL	LETRAS –LÍNGUA PORTUGUESA	NOTURNO	9
	CCHL	LETRAS –LÍBRAS	INTEGRAL	8
	CCHL	CIÊNCIAS SOCIAIS	INTEGRAL	8
	CCE	MÚSICA	INTEGRAL	8
	CCE	ARTES VISUAIS	INTEGRAL	9
	CCE	PEDAGOGIA	MATUTINO	9
CCE	PEDAGOGIA	VESPERTINO	9	
CCE	PEDAGOGIA	NOTURNO	9	
CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO - CMRV		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	INTEGRAL	9
		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOTURNO	9
		MATEMÁTICA	INTEGRAL	8
		MATEMÁTICA	NOTURNO	8
		PEDAGOGIA	INTEGRAL	9
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	INTEGRAL	9
		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOTURNO	9
		HISTÓRIA	INTEGRAL	9
		HISTÓRIA	NOTURNO	9
		LETRAS – PORTUGUÊS	NOTURNO	8
		MATEMÁTICA	INTEGRAL	8
		MATEMÁTICA	NOTURNO	8
		PEDAGOGIA	NOTURNO	10

CAMPUS	CENTRO	CURSO	TURNO	DURAÇÃO SEMESTRES
CAMPUS PROFESSORA CENOBILINA ELVAS - CPCE		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOTURNO	9
		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	VESPERTINO	9
CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL - CAFS		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	INTEGRAL	9
		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOTURNO	9
		PEDAGOGIA	INTEGRAL	8
		PEDAGOGIA	NOTURNO	8

Quadro 1 - Cursos presenciais de licenciaturas com duração em semestres letivos

FONTE: Projetos Pedagógico dos cursos de Licenciatura/UFPI (2015)

Observando o quadro 1, podemos verificar que todos os cursos de licenciatura ofertados pela UFPI atendem as DCN quanto ao quantitativo mínimo de semestres para oferta do curso, ou seja, no mínimo 08 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos letivos. Há uma diferenciação em 04 dos cursos quanto ao tempo mínimo de integralização do curso em relação ao turno de funcionamento, pois para o turno noturno, dos cursos de Ciências Biológicas, Física e Química (CCN – CMPP) e Letras Língua Portuguesa (CCHL – CMPP), são acrescentados um ou dois semestres letivos em relação ao turno diurno (integral) de funcionamento dos respectivos cursos.

Há cursos em que não diferenciação quanto ao número de semestres letivos em relação ao turno, como: Matemática (8 semestres – CCN/CMPP), Geografia (10 semestres – CCHL/MPP), História (9 semestres – CCHL/CMPP), Pedagogia (9 semestres – CCE/CMPP), Ciências Biológicas (9 semestres – CMRV), Matemática (8 semestres – CMRV), Ciências Biológicas (9 semestres – CSHNB), História (9 semestres – CSHNB), Matemática (8 semestres – CSHNB), Ciências Biológicas (9 semestres – CPCE), Ciências Biológicas (9 semestres – CAFS) e Pedagogia (8 semestres – CAFS).

Há cursos de licenciaturas em que a oferta ocorre apenas em turno ou integral, são eles: Educação Física (Integral – CCS/CMPP), Ciências da Natureza (Noturno – CCN/CMPP), Filosofia (Integral – CCHL/CMPP), Letras Inglês (Integral – CCHL/CMPP), Letras Português e Francês (Integral – CCHL/CMPP), Ciências Sociais (Integral – CCHL/CMPP), Música (Integral – CCE/CMPP), Artes Visuais (Integral – CCE/CMPP), Pedagogia (Integral – CMRV), Letras Português (Noturno – CSHNB) e Pedagogia (Noturno – CSHNB).

Destes que são ofertados em apenas um turno ou integral, ressaltamos a oferta de cursos no turno noturno: Ciências da Natureza (CCN/CMPP), Letras Português (Noturno – CSHNB) e Pedagogia (Noturno – CSHNB). Há outros cursos, entretanto em que a oferta integral, ou seja, nos turnos matutino e vespertino, não recomendado pela legislação. Outro aspecto analisado, foi quanto ao atendimento pelos cursos do quantitativo total de horas de efetivo trabalho acadêmico, em relação ao estabelecido

pelas DCN (BRASIL, 2015) para os cursos de licenciatura, e a carga horária em relação ao estágio. Após análise dos Projeto dos cursos das Licenciaturas da UFPI, verificamos os dados a seguir, demonstrados no quadro 2, vejamos:

CAMPUS	CENTRO	CURSO	CHT	CHES
Ministro Petrônio Portela – CMPP	CCS	Licenciatura em Educação Física	3.195	405
	CCN	Licenciatura em Ciências da Natureza	3.180	405
		Licenciatura em Física	3.120	405
		Licenciatura em Matemática	3.030	405
		Licenciatura em Química	3.155	405
		Licenciatura em Ciências Biológicas	3.395	405
	CCHL	Licenciatura em Filosofia	2.990	405
		Licenciatura em Geografia	3.200	405
		Licenciatura em História	3.050	405
		Licenciatura em Letras Inglês	3.120	405
		Licenciatura em Letras Português e Francês	3.885	705
		Licenciatura em Letras língua Portuguesa	3.120	405
	CCE	Licenciatura em Ciências Sociais	2.805	405
		Licenciatura em Música	3.195	405
		Licenciatura em Artes Visuais	3.345	405
Campus Ministro Reis Veloso - CMRV	Licenciatura em Pedagogia	3.240	315	
	Licenciatura em Ciências Biológicas	3.285	405	
	Licenciatura em Matemática	3.075	405	
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB	Licenciatura em Pedagogia	3.215	405	
	Licenciatura em Ciências Biológicas	3.030	405	
	Licenciatura em História	3.170	405	
	Licenciatura em Letras Português	3.120	405	
	Licenciatura em Matemática	2.910	405	
Campus Amílcar Ferreira Sobral - CAFS	Licenciatura em Pedagogia	3.290	405	
	Licenciatura em Ciências Biológicas	3.410	405	
Campus Professora Cinobilina Elvas - CPCE	Licenciatura em Pedagogia	3.240	315	
	Licenciatura em Ciências Biológicas	3.090	405	

Quadro 2 – Carga Horária Total (CHT) e Carga Horária Estágio Supervisionado (CHES) - Cursos de Licenciatura da UFPI

Fonte: Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura da UFPI (2017)

Ao analisarmos os dados do quadro 2, constatamos que 18 cursos não atendem as DCN (BRASIL, 2015) quanto a Carga Horária Total, portanto, devem se adequar as exigências da legislação. São eles: CMPP – Educação física (CCS), Ciências da

Natureza, Física, Matemática e Química (CCN), Filosofia, História, Letras Inglês, Letras Português e Ciências Sociais (CCHL) e Música (CCE); CMRV – Matemática; CSHNB – Ciências Biológicas, História, Letras Português e Matemática; e CPCE – Ciências Biológicas.

Atende o que preconiza a legislação (BRASIL, 2015), os seguintes cursos de graduação da UFPI: CMPP – Ciências Biológicas (CCN), Geografia e Letras Português e Francês (CCHL) e Artes Visuais e Pedagogia (CCE); CMRV – Ciências Biológicas; CSHNB – Pedagogia; e CAFS – Pedagogia e Ciências Biológicas.

Quanto ao estágio, as DCN (BRASIL, 2015) estabelece 400 horas de estágio curricular supervisionada. Observando os cursos de licenciatura ofertados pela UFPI, constatamos que, do total de cursos ofertados, apenas o curso de Pedagogia no Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) e no Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) não atendem quanto ao mínimo exigido de 400 horas.

Estas propostas precisam ser reformuladas, pois as DCN (BRASIL, 2015) estabeleceram como prazo para as adequações curriculares de 02 (dois) anos, a partir da data da sua publicação: 01.07.2015, ou seja, o prazo para as alterações proposta pela legislação se encerrou em julho de 2017. Entretanto, ainda em 2017, a Resolução nº 1, de 9 de agosto de 2017 (BRASIL, 2017), alterou o prazo estabelecido no Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, por mais um ano, estendendo até julho de 2018.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, cujo foco foi analisar as implicações das Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução N° 2 de 01 de julho de 2015, nos PPC dos cursos de licenciaturas da UFPI, procuramos apresentar, por meio do estudo, qual o cenário das licenciaturas quanto a estruturação dos currículos dos cursos de formação de professores. Com base nos achados do estudo é possível afirmar que os cursos de formação de professores da UFPI atendem as DCN quanto ao quantitativo mínimo de semestres para oferta do curso, ou seja, no mínimo 08 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos letivos, porém, há, quanto a carga horária total para integralização curricular, 17 cursos, dos 27 investigados, que não atendem as DCN (BRASIL, 2015), portanto, devem se adequar as exigências da legislação. Em relação a carga horária do Estágio Supervisionado, constatamos que, do total de cursos ofertados, apenas o Curso de Pedagogia em dois no Campus Ministro Petrônio Portella e no Campus Amílcar Ferreira Sobral não atendem quanto ao mínimo exigido de 400 horas, devendo passar por reestruturação com a finalidade de atender ao que determina as DNC.

## REFERÊNCIAS

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**. vol.20, no.62, Rio de Janeiro, jul./set., 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 10.04.2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília/DF:MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 10.04.2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 02/2015**. Brasília/DF: CNE, 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&category\\_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em 10.04.2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 1, de 9 de agosto de 2017**. Brasília/DF: CNE, 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=70141-rcp001-17-pdf&category\\_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70141-rcp001-17-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em 20.04.2016.

FREITAS, Helena Costa L. de. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v.20, n. 68, dez.1999. p. 17-44.

JOHNSON, R.B., ONWUEGBUZIE, A.J.; TURNER, L.A. Toward a definition of mixed methods research. **Journal of Mixed Methods Research**, 1(2), 2007, p. 112-133.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Kelly Cristina Campones** - Mestre em Educação ( 2012) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa , na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. É professora especialista em Gestão Escolar, pela Universidade Internacional de Curitiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004) diplomada para Administração, Direção e Supervisão Escolar . Membro do GEPTADO- Grupo de Pesquisa sobre o trabalho docente na UEPG. Tem experiência como docente e coordenadora na: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, graduação e pós-graduação. Atualmente é professora adjunta na Faculdade Sagrada Família com disciplinas no curso de Licenciatura em Pedagogia. Tem ampla experiência na área educacional atuando nas seguintes vertentes: educação infantil, processo de ensino aprendizagem; gestão; desenvolvimento e acompanhamento de projetos ; tecnologias educacionais; entre outros.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-481-8

